



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL D
TÉCNICO DE LABORATÓRIO –
Área: QUÍMICA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

E essa tal diversidade?

1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.

6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também
10 Desigual.

11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de
14 propósitos.

15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,
19 tal como já ocorre em alguns países.

20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*
22 *todos e todos por um*.

23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.

27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.

30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.

33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.

39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.

42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)

- (A) intolerância ao diferente.
- (B) aceitação do individualismo.
- (C) esboroamento da civilidade.
- (D) exaltação da desigualdade.
- (E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
 - (B) indicar o início de um pensamento novo.
 - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
 - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
 - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
 - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
 - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
 - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
 - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
 - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
 - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
 - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
 - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
 - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
 - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
 - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
 - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
 - (B) superficiais.
 - (C) verdadeiras.
 - (D) coletivas.
 - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
 - (B) aquele que liberta.
 - (C) aquele que mata.
 - (D) aquele que participa.
 - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
 - (B) religiosidade.
 - (C) responsabilidade.
 - (D) coletividade.
 - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
 - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
 - (C) preservar o respeito à individualidade.
 - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
 - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
 - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
 - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
 - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
 - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
 - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
 - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
 - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
 - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
 - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
 - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.



- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.



- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GES PÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
 - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
 - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
 - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
 - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
 - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
 - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
 - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A lei de Beer – Lambert, $A = \epsilon c l$, é muito utilizada em medições quantitativas em algumas técnicas espectroscópicas. Considerando que A (absorbância) é adimensional, que c (concentração) é dada em mol L^{-1} e l (caminho óptico) é dado em cm, a unidade com que ϵ (absortividade molar) deve ser expressa é
- (A) cm mol L
(B) cm mol L^{-1}
(C) $\text{mol L}^{-1} \text{cm}^{-1}$
(D) $\text{mol}^{-1} \text{L}^{-1} \text{cm}^{-1}$
(E) $\text{cm}^{-1} \text{mol}^{-1} \text{L}$
- 22 No sistema internacional de unidades, a unidade com que se deve expressar a grandeza
- (A) temperatura é graus Celcius.
(B) quantidade de matéria é mol.
(C) massa é grama.
(D) tempo é minuto.
(E) intensidade luminosa é Watts.
- 23 Em um experimento, dez repetições da medida da resistência (em Ω) de um material foram executadas. A melhor forma de expressar o resultado desse experimento é
- (A) $99,784 \pm 3 \times 10^3$
(B) $(100 \pm 0,3) \times 10^3$
(C) $(99,8 \pm 0,3) \times 10^3$
(D) 99.800 ± 300
(E) 99.800
- 24 Dos números abaixo, o que apresenta o maior número de algarismos significativos é o
- (A) 0,0012377.
(B) 0,012.
(C) 1,77.
(D) 60,9.
(E) 7888.
- 25 Em um experimento, a perda de água do composto $\text{MgSO}_4 \cdot x\text{H}_2\text{O}$ foi analisada. Partindo-se de 1,23 g do sal hidratado, após aquecimento obteve-se 0,60 gramas do sal anidro. Com isso, o número de moles de água (x) é de aproximadamente
- Dados:** massas molares (g mol^{-1})
Mg = 24,3 S = 32 O = 16 H = 1
- (A) 1
(B) 3
(C) 5
(D) 7
(E) 9
- 26 O volume, em mL, de ácido clorídrico concentrado (38% em massa) necessário para se preparar 100,0 mL de uma solução $1,0 \text{ mol L}^{-1}$ é de aproximadamente
- Dados:**
Massa molar (g mol^{-1}): H = 1,0 Cl = 35,5
Densidade HCl Concentrado: $1,2 \text{ g mL}^{-1}$
- (A) 3,0
(B) 3,7
(C) 8,0
(D) 9,0
(E) 9,6



27 A reação química



é uma reação de

- (A) oxi – redução.
- (B) neutralização.
- (C) metátese.
- (D) deslocamento.
- (E) decomposição.

28 A análise prévia executada em uma amostra contida em um frasco indicou que a substância era um sal de magnésio. A seguir, 0,864 g desse sal foi dissolvido em água destilada, e quantidade suficiente de solução 1,00 M de NaOH foi adicionada para garantir a precipitação quantitativa de hidróxido de magnésio, que depois de lavado e seco pesou 0,607 g. Com estes resultados, o referido sal de magnésio é o

Dados: massas molares (g mol^{-1})

H = 1,0 C = 12,0 O = 16,0 Cl = 35,5 N = 14 Mg = 24,3

- (A) MgSO_4
- (B) MgCO_3
- (C) $\text{MgCl}_2 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$
- (D) $\text{Mg}(\text{CH}_3\text{COO})_2$
- (E) $\text{Mg}(\text{NO}_3)_2 \cdot 6\text{H}_2\text{O}$

29 O volume, em mL, de uma solução estoque de 100 ppm necessário para se preparar 10,0 mL de uma solução 5 ppm de Cr(VI) é de

- (A) 0,5.
- (B) 1,0.
- (C) 2,0.
- (D) 5,0.
- (E) 10,0.

30 Uma solução de 1,020 g de hidrogenoftalato de potássio (“KHF”) dissolvido em 20 mL de água foi utilizada na padronização de uma solução de hidróxido de sódio. A titulação do padrão consumiu, até atingir o ponto de equivalência, 8,7 mL da solução de NaOH. Assim, a molaridade da solução de NaOH utilizada é de aproximadamente

Dados:

Massas molares (g mol^{-1})

Reação de Neutralização

“KHF” = 204,0

NaOH = 40,0

“KHF” + NaOH \rightarrow “KNaF” + H_2O

- (A) 0,000125
- (B) 0,005
- (C) 0,014
- (D) 0,10
- (E) 0,57

31 Uma amostra de água *dura* contém 120 mg de CaCO_3 por litro de água. Considerando que a reação com Na_3PO_4 promove a precipitação quantitativa dos íons Ca^{2+} , a massa, em gramas, de Na_3PO_4 necessária para precipitar todos os íons Ca^{2+} de dois litros dessa água dura é de aproximadamente

Dados:

Massas molares (g mol^{-1}):

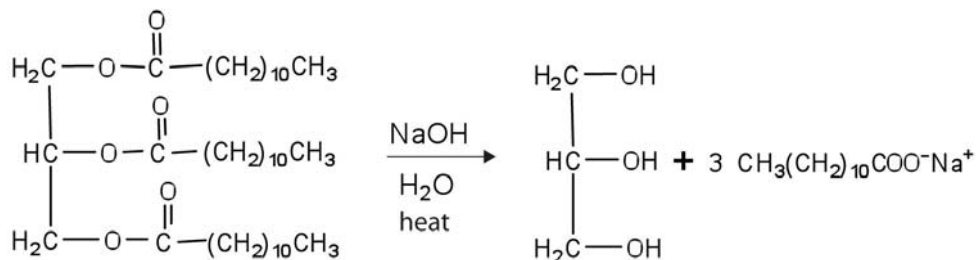
$\text{CaCO}_3 = 100$

$\text{Na}_3\text{PO}_4 = 164$

- (A) 0,0016.
- (B) 0,0024.
- (C) 0,12.
- (D) 0,26.
- (E) 1,60.



32 Observe a reação dada abaixo.



Para essa reação, são feitas as seguintes afirmações:

- Trata-se de uma reação para a produção biodiesel.
- O reagente é um éster.
- É uma reação de saponificação.
- Um dos produtos da reação é um aldeído.

Dentre as afirmações apresentadas, estão corretas apenas

- (A) i e ii.
(B) ii e iii.
(C) iii e iv.
(D) i e iii.
(E) ii e iv.

33 A tabela abaixo apresenta os valores de K_a de cinco ácidos fracos, a 25 °C.

Ácido	K_a
Fórmico	$1,6 \times 10^{-4}$
Acético	$1,7 \times 10^{-5}$
Benzoico	$6,3 \times 10^{-5}$
Hipocloroso	$3,6 \times 10^{-8}$
Nitroso	$4,7 \times 10^{-11}$

Se uma solução aquosa (a 25 °C) 0,10 M de um determinado ácido fraco monoprotico contém $[\text{H}_3\text{O}^+]$ igual a $2,5 \times 10^{-3}$ M, a solução é formada pelo ácido

- (A) acético.
(B) benzoico.
(C) fórmico.
(D) hipocloroso.
(E) nitroso.

34 Para se medir um volume de 15,30 mL de um solvente, com incerteza de 0,01 mL, a vidraria mais adequada é um(a)

- (A) proveta de 25 mL.
(B) pipeta volumétrica de 15,3 mL.
(C) bureta de 25 mL.
(D) pipeta graduada de 10 mL.
(E) balão volumétrico de 25 mL.

35 Um determinado solvente orgânico foi submetido aos seguintes testes:

- Solubilidade em água: muito solúvel.
- Reação frente a uma solução ácida de dicromato (ác. crômico): reativo.
- Reação frente a uma solução básica de I_2 : reativo, formando precipitado.

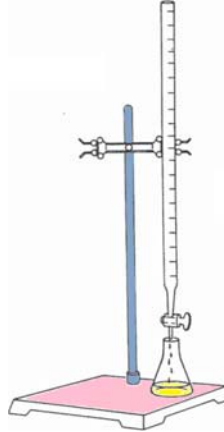
Com estes testes, o solvente é um(a)

- (A) alcano.
(B) álcool.
(C) ácido carboxílico.
(D) cetona.
(E) éter.



- 36 Um sistema de destilação simples é indicado para a separação de
- (A) dois líquidos imiscíveis.
 - (B) dois sólidos de baixos pontos de fusão.
 - (C) dois líquidos que formam azeótropo.
 - (D) um sólido e um líquido que reagem quimicamente entre si.
 - (E) dois líquidos miscíveis, porém com significativa diferença entre os pontos de ebulição.

37 Observe a figura abaixo.



O aparato mostrado na figura é tipicamente usado em laboratório para

- (A) determinar a diferença de potencial em reações de óxido – redução.
- (B) realizar adição segura de ácidos em água.
- (C) medir volumes variados com precisão.
- (D) separar líquidos imiscíveis.
- (E) realizar titulações.

38 Quando adicionada a água pura (pH = 7), a substância capaz de produzir uma solução ácida é

- (A) NH_3
- (B) MgO
- (C) NaNO_3
- (D) O_3
- (E) CO_2

39 Permanganato de potássio (KMnO_4) em meio ácido é um oxidante muito utilizado em laboratórios. Nessas reações, o manganês é, tipicamente, reduzido ao estado de oxidação +2. Considerando uma reação que procede quantitativamente, quantos mols de Fe^{2+} podem ser oxidados a Fe^{3+} por um mol de KMnO_4 ?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

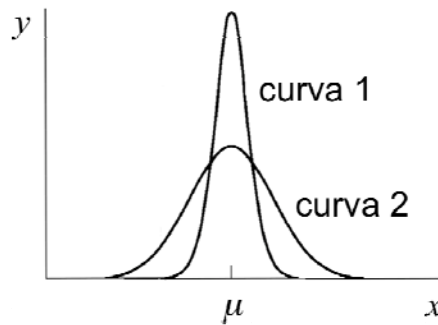
40 Se presente em um frasco, o pictograma representado abaixo indica que o reagente químico é

- (A) corrosivo.
- (B) explosivo.
- (C) inflamável.
- (D) oxidante.
- (E) radioativo.





4.1 A figura abaixo mostra duas curvas de densidade de probabilidade de distribuição normal.



A análise dessas curvas mostra que

- (A) a população utilizada para gerar a curva 1 é maior que a da curva 2.
- (B) o desvio padrão para a população da curva 2 é maior que o da curva 1.
- (C) a média aritmética da população da curva 1 é menor que a da curva 2.
- (D) 98% dos valores da população estão dentro do intervalo definido pela curva 2, enquanto para a curva 1 limita-se a 68%.
- (E) os erros aleatórios nas medidas dos valores para a população da curva 2 são maiores que os da curva 1.

4.2 Considerando que ácido fluorídrico concentrado é uma solução aquosa 48% m/m de HF em água, sua concentração normal é de aproximadamente

Dados:

Densidade do HF concentrado: $1,15 \text{ g mL}^{-1}$
Massa molar do HF = $20,0 \text{ g mol}^{-1}$

- (A) 48,0.
- (B) 27,5.
- (C) 11,5.
- (D) 8,7.
- (E) 1,8.

4.3 Medidores eletrônicos de pH são equipamentos muito comuns em laboratórios químicos, pois são úteis para a medição direta do valor do pH de soluções aquosas.

Dentre os vários cuidados necessários para realizar uma medida com precisão e exatidão, deve-se

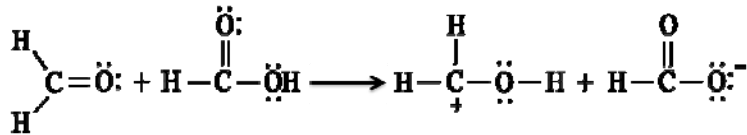
- (A) manter o eletrodo de vidro imerso em soluções aquosas como a de KCl quando o equipamento não estiver sendo utilizado.
- (B) realizar sempre, antes de qualquer medida, a calibração com uma solução padrão de pH 4,0.
- (C) após o uso desconectar, lavar e secar o eletrodo, guardando-o na embalagem original.
- (D) trocar as soluções internas dos eletrodos a cada três meses de utilização ou a cada seis meses sem uso.
- (E) determinar o valor do pH de uma solução sempre utilizando dois diferentes tipos de eletrodos, garantindo assim a confiabilidade dos valores.

4.4 Uma solução aquosa contendo os íons Fe^{3+} , Al^{3+} , Mg^{2+} , Na^+ e Ag^+ é tratada com excesso de uma solução aquosa concentrada de NaOH. Com este tratamento, o único íon que formará precipitado será o

- (A) Fe^{3+} .
- (B) Al^{3+} .
- (C) Mg^{2+} .
- (D) Na^+ .
- (E) Ag^+ .



45 A reação dada a seguir é um dos passos envolvidos na síntese do DDT.



Neste passo, os reagentes utilizados são um(a)

- (A) éter e um álcool.
- (B) éster e um fenol.
- (C) cetona e um éster.
- (D) cetona e um ácido carboxílico.
- (E) ácido carboxílico e um aldeído.

46 O boridreto de sódio, NaBH_4 , é um reagente comumente empregado em reações orgânicas de

- (A) redução.
- (B) precipitação.
- (C) isomerização.
- (D) adição oxidativa.
- (E) substituição nucleofílica.

47 Dentre as vidrarias listadas abaixo, após lavagem, a única que não pode ser colocada para secar em estufa é o(a)

- (A) balão de fundo redondo.
- (B) funil de decantação.
- (C) placa de Petri.
- (D) Erlenmeyer.
- (E) bureta.

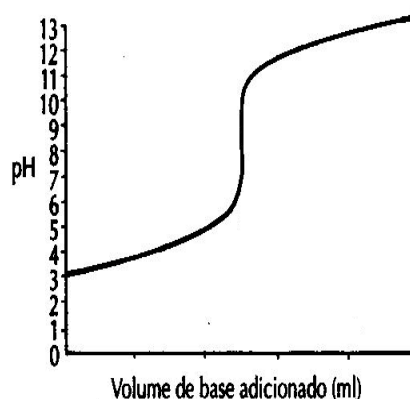
48 O diamante de HOMMEL é um símbolo que traz

- (A) orientações sobre equipamentos de emergência disponíveis em laboratórios.
- (B) informações qualitativas sobre os perigos de um produto químico.
- (C) instruções sobre a incompatibilidade entre produtos químicos.
- (D) indicação do grau de pureza de minerais e pedras preciosas.
- (E) informações para estocagem correta de produtos químicos.

49 Abaixo estão listados cinco indicadores ácidos base, com seus respectivos valores de pK.

Indicador	pK indicador
1	3,9
2	4,7
3	5,1
4	6,9
5	9,1

A curva dada abaixo representa a titulação de uma solução diluída de um ácido fraco monoprotico com uma solução de mesma concentração de uma base forte. Neste caso, o indicador adequado para essa titulação é o de número



- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



50 Um reagente tipicamente utilizado em volumetria de óxido – redução é o

- (A) EDTA.
- (B) AgNO_3 .
- (C) Na_2CO_3 .
- (D) $\text{Na}_2\text{S}_2\text{O}_3$.
- (E) $\text{Na}_2\text{B}_4\text{O}_7$.